

ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA – BRASÍLIA, 23/11/2019.

O RUMO DO TRABALHO E A DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

Durante séculos a força de trabalho foi subjugada pelo grande capital e pelas piores formas de prescrições laborais, que levaram a crer na utópica premissa de que houve muitos avanços na relação de trabalho em países periféricos como o Brasil, ao invés da premissa maior de que o mapa global preza pela exploração do trabalho e a concentração da renda. E estudos da Consultoria Tendência/2019 sobre o IRRF/RF, descobriu a discrepância da renda entre a Classe A e as D/E de 38,8 vezes, superior ao percentual de 21,4 vezes informado pelo IBGE com base na PNAD.

Há tempos o DIEESE pesquisa o piso salarial necessário para os trabalhadores, mas os dois últimos governos federais optaram por congelar o ganho real do salário-mínimo e por congelar os salários da maioria dos servidores públicos federais do Poder Executivo.

As premissas acima desses governos embasam a retórica por mudanças estruturais no país, prometendo mais empregos. Entretanto, vemos o empobrecimento, o desemprego e a precarização das relações de trabalho da população, inclusive, o empobrecimento da classe média, que foi uma engrenagem do Golpe de Estado perpetrado em 2016.

Nessa ótica, o mundo do trabalho percorreu quatro fases históricas e contemporâneas. E os cenários político, econômico e social são desafiadores. Contudo, apresentamos algumas diretrizes e proposições no tocante à defesa do serviço público para a reflexão dos congressistas, conforme a exposição em tela.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 1.0

O que se convencionou chamar de Revolução Industrial não se completou desde a sua origem, “pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou normas desde então.” Grifamos. Osvaldo Goggiola – Da Revolução Industrial ao Movimento Operário, pg. 8. Ed. Pradense. 2010.

Devida à expansão do mercantilismo na Europa, descobrimento de novas colônias, o trabalho manual, artesanal e hidráulico não supria a demanda requisitada pelo capital por mais mercadorias e preços menores.

Mas as demais Aristocracias rurais da Ásia, África e América Latina, se beneficiavam da revolução industrial por causa das importações e transportes com custos mais baixos, e não viam razão para apoiar o surgimento de uma nova classe industrial. Obra citada.

Desse modo, “no decorrer da história, isso importa um abismo crescente entre o desenvolvimento econômico das áreas industrializadas e àquelas chegadas tardiamente (ou nunca chegadas) ao desenvolvimento industrial.

Mas o progresso econômico gerado pela industrialização demorou várias décadas até beneficiar, parcialmente e de algum modo, a população como um todo.

São fatores que concorreram para a industrialização: disposição de capital; recursos naturais, transformação agrária e mercado.

Por isso o livro *Os Direitos do Homem*, de Tom Paine, atacava a monarquia inglesa e em favor do republicanismo, se transformou no “manual universal do movimento operário”.

Porém, a Inglaterra adiantou seu processo produtivo em 50 anos em relação ao continente europeu, o que nos leva hoje a algo parecido com o Tigre Asiático Chinês, pois o seu parque tecnológico está muito avançado, abrindo a Guerra Híbrida Comercial pelos E.U.A, especialmente, devida à tecnologia 5 G da gigante *Huawei* e a implantação econômica e política influente do **Cinturão Rota da Seda**.

REVOLUÇÃO INDÚSTRIAL 2.0

Infere-se esta fase pela disponibilidade de capital com juros baixos e sistema bancário eficiente e juros à 5% a.a. na Inglaterra, ao invés de os 30% a.a. na China à época; matérias-primas abundante e a preços baixos, capitais vindo também do tráfico de escravos, do comércio com metrópoles colonialistas, como de Portugal e o consumo pelas colônias; conclusão das ferrovias, da indústria pesada, advento da eletricidade, a divisão do trabalho, máquinas novas, máquinas-ferramentas, máquinas produtoras de energia e outras inovações técnicas, como consequência e não causa no ano de 1.840 na Grã-Bretanha.

Os ingleses avançaram sobre os mercados externos, por meios pacíficos ou militares por causa da hegemonia naval e firmou vários acordos comerciais bilaterais mais favoráveis com outros países, e há tempos com Portugal por meio do Tratado de *Methuen*, onde este último ampliou as dívidas com os primeiros e pagava o débito com os metais preciosos de suas colônias. Obra citada.

“Nessa época a burguesia fortalecida economicamente, investiu no campo criando os cercamentos ou *enclausures* (latifúndios) e métodos agrícolas inovadores e desenvolvidos a partir de 1.731 por Jethro Tull e praticados na Alemanha, França e Holanda (Jethro Tull, que teve importância decisiva na transformação do crescimento industrial em *capitalismo*. ” *Obra citada*.

Fundamentada na “formulação fisiocrática em 1.776, tanto quanto as formulações clássicas em ‘A Riqueza das Nações’ de Adam Smith, além de David Ricardo, enquadram-se como construtoras teóricas do liberalismo, na sua forma clássica.

A presença do Estado na economia deveria ser reduzida: o mercado deveria ser deixado ao jogo de suas livres forças (*laissez-faire, laissez passer*) ”. Obra citada, pg.19. E a retórica não muda até hoje.

Após isso, Friedrich Engels descreveu em 1.844 a miséria da vida e condições de trabalho sob tarefas monótonas e repetitivas da classe obreira em “ A Situação da Classe Operária na Inglaterra”, mesmo com a “quebra da idiotice da vida rural”, dizia.

Acrescentou: “a fome, a miséria e a fiscalização constante impunham disciplina no trabalho, além da coerção moral e religiosa, pois a indisciplina era considerada motivo para as ‘chamas do inferno’ “.

E a mecanização da produção criou o proletariado rural e urbano, composto de homens, mulheres e crianças, submetidos às jornadas diárias exaustivas e a salários aviltantes. Surgiam, como figuras dominantes da vida produtiva o capital industrial e o trabalho assalariado. Por isso, houve o aumento de desempregados no campo e no meio urbano, culminando com o nascimento do proletariado.

O Agrônomo Arthur Young dizia à época: **“Uma população que, ao invés de aumentar a riqueza do país, é para ele um fardo, é uma população nociva”**.

Karl *Polanyi* chamava esse período de **“ a revolução dos ricos contra os pobres**. Os senhores e nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e costumes tradicionais, pela violência e pela intimidação e pressão (...).”.

Grifamos. Karl Polanyi. *A Grande Transformação*, Rio de Janeiro, Campus, 1988.

Houve nesse momento a “acumulação primitiva de capital. E a exploração da América, Ásia e África forneceu a outra condição essencial: a posse de “grandes quantidades de capital. ”

Eric Hobsbawm resume a Revolução Industrial assim: **“(...) assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos. (...). Assim, toda a economia mundial foi edificada (...)**”. Criou-se o trabalhador “livre”, possuidor apenas de sua força-de-trabalho, e obrigado a vendê-la, em troca de um salário, para garantir a sua

“É nas fábricas que surgia a nova classe social, a classe operária, submetida nesta fase inicial a esgotantes jornadas de até 16 horas de trabalho e sem descanso semanal para os homens, as mulheres e as crianças operárias, sendo que estas sofreram doenças degenerativas irreversíveis, devidas aos movimentos mecânicos repetitivos durante o período de crescimento.

Nessa época os salários eram tão baixos que muitos trabalhadores dependiam de subsídios para a complementação da renda para a sobrevivência e conter as revoltas, por intermédio do Sistema de *Speenhamland*, que a paróquia pagaria aos proletários um subsídio complementar ao salário, até o nível da subsistência que perdurou até 1834, mas vencido pelo capitalismo e de seu mecanismo da *lei da oferta e da procura da mão de obra*. Obra citada.

Remetendo-nos os fatos acima ao período recente do serviço público, durante os governos liberais, pois muitos servidores recebiam complementações ao patamar do salário-mínimo, cuja prática ronda de novo a Administração Pública Federal, por causa da ausência de reajustes nos últimos anos e sem previsão orçamentária a curto prazo.

Prosseguindo por essa fase, a natureza do trabalho na fábrica exigia organização e disciplina dos trabalhadores, preparando-os para a ação organizada e disciplinada em outros campos.

A situação dos trabalhadores pobres, especialmente do proletariado industrial formava seu núcleo, era tal que a rebelião que se tornou não só possível, mas obrigatória. A tradição de greves, bastante desenvolvida entre os artesãos, foi retomada, ampliada e reformulada pelo proletariado moderno por melhores salários, direitos políticos e liberdades civis, e o movimento “destruidores de

máquinas” denominaram **Ludismo** (...). No entanto, tiveram reações drásticas do patronato, como a perseguição aos líderes, e a aplicação de penas de mortes a trabalhadores.” Obra citada, p. 43.

Ocorria também nessa época outra tática de luta que foi denominado de **Cartismo**. E teve como base a “Carta do Povo” endereçada ao Parlamento Inglês.

Isso ensejou, em escala histórica universal, um novo estágio do desenvolvimento do movimento operário. Obra citada.

O processo de organização pelo Cartismo produziu resultados cruciais: Em meados do séc. XVIII, surgiu a primeira lei limitando a oito horas de trabalho a jornada das crianças operárias. E proibiu-se o trabalho de mulheres em minas, depois a proibição do trabalho infantil, limitação do trabalho feminino, o direito de greve, a limitação da jornada de trabalho que passou de 80h semanais para 53h semanais para adultos e depois de duas décadas de luta, a jornada diária de 10h; lei de imprensa, reforma do Código Penal; a lei de supressão dos direitos sobre os cereais que confrontava os interesses dos latifundiários, supressão de taxas sobre os cereais e a lei permitindo as associações políticas.

O Cartismo se dividiu em duas alas: A ala partidária da força moral, que os levaria à vitória; e estava no Sul da Inglaterra, onde predominava os velhos trabalhos artesanais. E a ala partidária da força física, responsável pela organização das greves e convencida de que só a ação direta dos operários os levaria ao triunfo; e estava no Norte Industrial da Inglaterra e do proletariado fabril moderno. Obra citada.

Daí, sobre princípios democráticos do proletariado, surgiu **O Manifesto Comunista**, confrontado pela Encíclica Rerum Novarum, que foi uma razão patronal ao movimento operário.

O trabalho passou a ser dimensionado em suas várias fases da atividade econômica, e mapeado, especializado, mensurado por processos de produção por Ford, Taylor e Faiol, princípios que ainda existem em muitas organizações, especialmente com a divisão de cargos existentes e sistemas complexos de supervisão. Vigentes na Administração Pública, que acarretou a divisão dos servidores em várias corporações e sob os controles rígidos, o que dificulta a luta como um todo dos trabalhadores públicos.

E no século XX, surgia a Manufatura Enxuta, inventada pelo Engenheiro Taiichi Ohno e equipe, após a Segunda Guerra Mundial para a Toyota, para competir com as indústrias americanas, cujo modelo tornou-se o paradigma para todos os setores da atividade econômica.

E na Administração Pública Federal a Manufatura Enxuta achou guarida, intensificou-se a partir da abertura econômica desenfreada por Collor, pela Reforma do Aparelho de Estado por FHC, por Temer e pelo governo atual.

Lado outro, **“O divórcio entre o trabalho e a propriedade dos meios de produção é o fator preponderante para o surgimento do Sindicalismo, não por causa do maquinismo. Onde ocorre esse divórcio nasce o Sindicato.”** Obra citada. Para Marx, “a única potência social que os operários possuem é seu número. Mas a quantidade é anulada pela desunião, que se engendra e se perpetua por uma concorrência inevitável (...) Ao se ocuparem das atividades

mais miseravelmente remuneradas, farão nascer, nas grandes massas operárias, a convicção de que, em lugar de se circunscreverem a limites estreitos e egoístas, (...)seu objetivo tende à emancipação de milhões de proletários subjugados”. Grifamos. E em meados do século XIX, já era visível a expressão da situação da nova classe trabalhadora no movimento trabalhista. Obra citada.

As *Trade Unions* evoluíram para sindicatos, que tiveram uma evolução lenta em suas reivindicações. As jornadas de trabalho diminuíram, o poder de compra aumentou, mas a situação era precária nos bairros dos operários: alcoolismo, favelas, sujeiras, acidentes, violência etc.

A situação melhorou com a implantação do sistema de inspeção do trabalho, mas a matança acidentária continuou em face das condições inadequadas de trabalho.

O desenvolvimento social da classe operária criou as bases sociais para a superação do “socialismo” até então existente, tanto na França com Saint-Simon e Fourier, quanto na Inglaterra com Robert Owen, e este criou a *National Equitable Labour Exchange*, antecessora da primeira central sindical mundial.

Entretanto, o movimento político socialista reformista, isto é, que se opunha à via revolucionária para se opor à exploração capitalista, por um grupo de intelectuais influentes e denominados de *Fabian Society* – “**Fabianos**”, propiciou que fossem os redatores do material de propaganda para o movimento trabalhista, e de várias propostas concretas de reforma social, e lançaram os fundamentos para o **Welfare State**– Estado do Bem-Estar Social e a sigla partidária progressista.

Mais tarde no Brasil, Getúlio promulgava a CLT. E é interessante destacar qual era a temperatura do movimento sindical no país:

“ 7. Revelando, não só a repercussão alcançada pelo monumento legal projetado, mas, principalmente, uma vigorosa consciência sindical – prova plena de um regime social já radicado (...)”. Grifamos.

“76. (...) dispôs sobre a exigência da sindicalização para o exercício da função de representação social em órgão oficial(...).”Grifamos.

Nota-se que as medidas acima foram as conquistas do movimento sindical. Mesmo com a forte ingerência abaixo da burguesia industrial:

“78. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo **propôs e foram aceitos os aumentos**” (...) grifamos.

REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS 3.0 e 4.0

A Revolução Industrial 3.0 teve início com o advento da cibernética no início dos anos noventa, e o mundo viu surgir outro paradigma na forma da produção. O computador fazia agora parte das atividades das empresas e da área pública, e aos poucos substituiu a força de trabalho em seus processos produtivos.

Além disso, as reformas supracitadas enfatizaram a precarização das relações de trabalho privada e pública, reforçada a utopia do empreendedorismo,

marginalização dos trabalhadores excluídos do mundo digital, aumento atual de trabalhadores por aplicativos, sem proteção social etc.

O renomado Professor e Sociólogo do Trabalho da Unicamp, Ricardo Antunes, aborda com propriedade acerca dos riscos ocupacionais graves em face à intensidade e ritmo acelerado de trabalho, dos RPSST – Riscos Psicossociais do Trabalho em face à inovação tecnológica, intoxicação por agrotóxicos ora liberados sem a avaliação profunda de seus efeitos colaterais na saúde do trabalhador, e as DORTs – Doenças Ortoesqueléticas, Síndrome de *Born Out*, assédios, afastamentos, devida este paradigma desenfreado e precário implementado nas indústrias, serviços, administração pública, agronegócio, construção civil etc.

Por outro lado, no tocante à Revolução Industrial 4.0, que é um desdobramento da fase anterior 3.0, acarretando desenvolvimento acelerado da Inteligência Artificial, da Robotização, da Internet das Coisas, com as suas plataformas digitais e serviços por aplicativos, trabalho em Nuvem, *BIG DATA*, Bio e Nano materiais, redes, etc.

Antes, servidor que não se “esforçasse” para apreender às suas expensas a tecnologia da informática, era tachado como incompetente, e cuja lógica é atual em face da implantação do Governo Digital.

Enquanto ocorre a intensificação do Governo Digital – GD na Administração Federal, há substituição de servidores pela robótica e pela terceirização nas atividades fins, exceto, “ainda”, nas atividades típicas de Estado. E apesar da propaganda enganosa no país contra os servidores, estudos demonstram relação servidor/população seguinte: o Japão possui o percentual de 5.9%, a Alemanha – 10.6 %, os Estados Unidos da América – 15.3 %, o Reino Unido – 16.4 %, o Canadá – 18.2 %, e o **Brasil – 1,16%**. Fonte: Super Listas.

A exposição acima percorreu as várias fases das demandas do grande capital e o impacto nas relações de trabalho privada e pública, demonstrou-se que as mudanças em curso afetam a força de trabalho de maneira brutal e que fundamentam o discurso político ultra e neoliberal para as reformas em seus vários segmentos que confrontam e enfraquecem o Estado do Bem-Estar Social, o serviço público e o movimento sindical.

Enfim, juntamos o ANEXO I, que aproveita algumas partes dos vários debates realizados pelo Grupo das Condições de Trabalho do ex-MTb e atual Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, e abre ainda o debate acerca da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP e pelo Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, instituídos pelo Decreto nº 9.991/19, Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 201/2019, acerca dos riscos da disrupção das nossas ocupações e algumas questões orgânicas da entidade que precisam ser debatidas pelo movimento sindical e coletivos de trabalhos..

ANEXO I - PROPOSIÇÕES PARA OS DEBATES:

- A. Debates das Reformas: Previdência, Sindical e Administrativa;
- B. Formação de grupos de estudos a prazo certo para a apresentação de alternativas ao Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoal -PNDP//PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS- PDP, prevendo acriação dos “ecossistemas” tecnológicos públicos de infraestrutura e aceleração digitalna Administração para a multiplicação do conhecimento, interação, trabalho com projetos em equipes multidisciplinares para o enfrentamento da disrupção ocupacional e para a gestão, suporte, criação, desenvolvimento de serviços públicos que serão prospectados a partir desses ambientes;
- C. Posicionamento dos servidores quanto à apropriação das tecnologias 4.0 em face à disrupção das ocupações e cargos públicos, como reivindicação que o Governo disponibilize os meios para a apropriação do conhecimento e da gestão físico/digital: hardware, software, IoT(Internet das Coisas), TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), Cyber segurança, AI (inteligência Artificial), Cloud (Nuvem)etc.,para os cargos de modo a torná-los tipos abertos de competências, habilidades e de interações para o enfrentamento das mudanças inexoráveis em curso e a inovação;
- D. Diretrizes e o debate do impacto da Indústria 4.0 em nossas ocupações, relações de trabalho, mudança de marco legal laboral e a prestação dos serviços públicos pelos os órgãos do ME, disrupção dos cargos e ocupações novas, geração de ferramentas efetivas da preservação de direitos laborais, da saúde e qualidade de vida em face dos empreendimentos e as plataformas novas de trabalho relacionadas às *Startups, FinThecs e outras*, que se utilizam da Inteligência Artificial – Robótica - Avatar Virtual, IoT, Realidade Ampliada, Simulação, Cyber segurança, Biotecnologia e Biofábricas, Nanotecnologia, Robótica Simplificada para pequenos negócios em mini fabricas digitais, plataformas cognitivas, sistemas integrados, nuvem, 3/4D, 5 G, Tecnologias da Informação e da Comunicação, *BIG DATA*, lot, IA e Robótica, Nuvem, Gestão de Projetos, e Plano de Formação Contínua de Ensino por entidades federaisetc;
- E. Proposição de Plano Democrático de Capacitação da força de trabalho e atual, que inclua os saberes adquiridos e os sustentados, balizado pelas diretrizes e especificidades próprias de cada ambiente e coletivos de trabalho, e sobre o Primado do Trabalho Decente,preconizado pela OIT – Organização Internacional do Trabalho;
- F. Reivindicação junto às entidades nacionais para esforços e pressão perante a Secretaria Executiva do Ministério da Economia para a Ampliação do GPCOT – Grupo Permanente das Condições de Trabalho e resgate de pautas debatidas e a inclusão de pautas novas e de outros setores do ME;
- G. Considerando o contingente grande de servidores que se aposentará a prazo curto e médio, urge abrir canais de negociação perante a Secretaria de Gestão para a implantação do Programa de Educação para a Aposentadoria no Serviço Público – PEA;
- H. Diretrizes novas para a mobilização da base e a criação de estratégias e táticas de grande impacto contra os ataques ao serviço público;
- I. Plano de ação com a designação de coordenadores para os fins em tela.

IV. CONCLUSÃO

A resistência e o avanço da entidade contra o desmonte do aparelho do Estado, a valorização dos servidores quanto às suas competências, habilidades, criatividade e saberes adquiridos, a democratização e a inclusão contra a automação e a reinvenção sindical, virão somente após os debates aprofundados e da luta coesa do movimento sindical.

E “Não foi a revolução técnico-científica que possibilitou o surgimento do capitalismo, mas o contrário: foi o desenvolvimento das condições econômicas do capitalismo que possibilitou aquelas mudanças”.Obra citada.

Ademais, *René Almalbert*, ícone da Ergologia Moderna do Trabalho, e estudioso de sistemas ultra seguros e resilientes de trabalho na área da aviação mundial, hospitalar, entre outros, leciona o seguinte:

Que as prescrições impostas pelo empregador ao empregado no ambiente de trabalho, enquadram-se no conceito de **Organizações Mortas**, pois são autoritárias, e não se submetem ao ciclo da comunicabilidade prévia entre a Administração e os Servidores. Mas as pessoas são seres vivos. Por isso, expelimos “corpos estranhos” injetados forçosamente em suas vidas.

No sentido da luta, *Amalbert* pugna pela existência das **Organizações Vivas**, onde a gestão horizontalizada a partir do “chão da fábrica”, visando a democratização da gestão, do ambiente de trabalho salubre, da qualidade de vida, da aprendizagem mútua e do trabalho social, remuneração digna, como novas formas eficientes do exercício das tarefas e da intervenção nos meios de produção; de maneira a torná-las mais inteligentes e menos onerosas física-emocional-espiritualmente falando, como preconiza a OMS.

Autor: Mário Ângelo Vitória

Ministério da Economia.